

# Despesa fixa deve ampliar déficit ou frear investimento

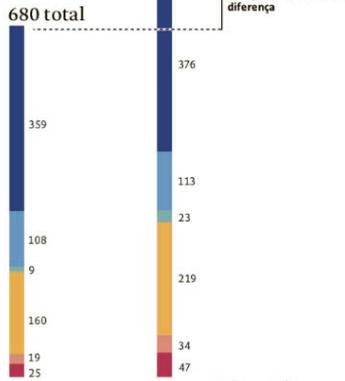
Com despesa fixa maior e vinculações, governo tem déficits e investe menos

Vinculações e novas obrigações custam R\$ 132 bi a mais

Em R\$ bi

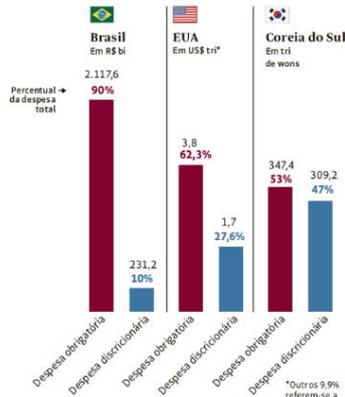
- Benefícios previdenciários equivalentes a 1 SM
- Benefícios de Prestação Continuada
- Fundo Constitucional do Distrito Federal
- Gasto mínimo em Saúde
- Emendas parlamentares individuais e de bancada (obrigatórias)
- Fundeb

Valor caso a despesa fosse corrigida pela inflação ou, no caso do Fundeb, pela regra anterior

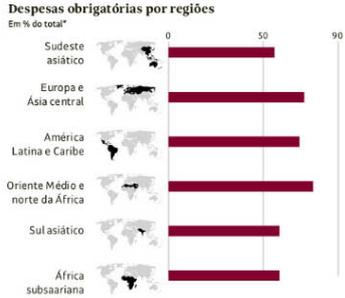


Benefícios previdenciários equivalentes a 1 SM	Data de início da vinculação/obrigação	Valor previsto/orçado em 2024
Benefícios de Prestação Continuada	mai/23	Lei 14.663/23
Fundo Constitucional do DF	jan/03	Lei 10633/02
Gasto mínimo em Saúde	jan/24	EC 126/22
Emendas parlamentares individuais e de bancada (obrigatórias)	jan/24	EC 126/22
Fundeb	jan/21	EC 108/20

Despesa obrigatória no Brasil chega a 90% do gasto



Despesas obrigatórias por regiões



\*2017 Fonte: PLN 3/2024, Open Fiscal Data/Korean Ministry of Economy and Finance, Banco Mundial e Congressional Budget Office. (As metodologias podem variar entre países)

## Despesa fixa vai anular espaço para gastos ou ampliar déficit

Gasto obrigatório limitará programas até 2026, o que aumenta o risco de descumprimento de metas fiscais

Fernando Canzian

SÃO PAULO O aumento crescente das despesas obrigatórias pode deixar o governo Lula com pouca margem para tocar a máquina pública e estrangular a capacidade de investimento.

Para gastar mais, o risco é que relaxe outra vez as metas fiscais que aprovou há menos de nove meses. Isso aumentaria o déficit e a dívida pública em relação ao PIB — principal indicador de solvência do país.

Esse cenário já é precificado pelo mercado, que exige juros crescentes do governo para financiar seus rombos. Na semana passada, a taxa para títulos públicos de dez anos chegou a 11,8% ao ano — patamar que inibe empresas de tomar empréstimos para investir. Mesmo as que têm capital próprio tendem a aplicar o em papéis do governo em vez de ampliar seus negócios.

As taxas elevadas e a falta de investimentos limitam o crescimento do Produto Interno Bruto e agravam o endividamento — tanto pelos juros que são incorporados à dívida quanto pelo fato de ela ser calculada como proporção do PIB (que cresce menos).

Os juros sobem porque o governo tem déficits e não gera superávits primários, a economia que deveria fazer para abater a dívida. Em dez anos, a receita em impostos cresceu 0,52 ponto percentual como proporção do PIB, mas a despesa subiu 2,24 pontos — produzindo os déficits.

Isso fez a dívida pública bruta saltar quase 23 pontos em uma década, chegando a 75% do PIB em março. É uma das maiores entre os emergentes e, quanto mais alta, mais juros são exigidos para financiá-la. Em 2023, foram pagos R\$ 718,3 bilhões em juro — quatro vezes o crescimento do Bolsa Família.

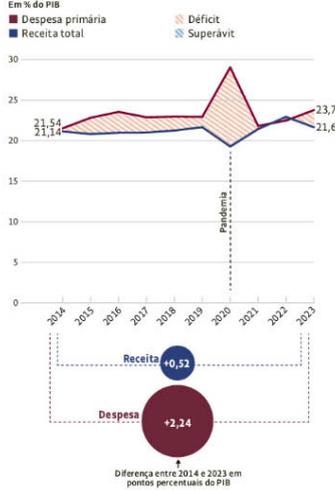
O Brasil também tem um dos maiores patamares de despesas obrigatórias do mundo, como benefícios previdenciários, salários de servidores e gastos em saúde e educação. De tudo o que entra como receita de impostos, mais de 90% vão para essas despesas. Nos EUA, o gasto obrigatório equivale a 62,5% da receita. Na Coreia do Sul, que se desenvolveu rapidamente nas últimas décadas, 53%.

No Brasil, sobram menos de 10% para custear a máquina com despesas chamadas discricionárias, em que há liberdade de escolha para o gasto. Seja no básico (água, luz), seja nos investimentos (PAC, Minha Casa, Minha Vida etc.). É com esses gastos que o governo chama a atenção da população com políticas voltadas a ela.

São essas despesas que ficarão comprimidas até o fim do mandato de Lula, quando o presidente estiver preparando sua reeleição ou a candidatura de uma alternativa no PT. Foi o próprio governo que contratou, em grande parte, o cenário de aperto que terá pela frente. Por dois motivos.

O primeiro é que a política de aumento real (acima da inflação) para o salário mínimo de Lula impacta 60% dos benefícios previdenciários. Cada aumento de R\$ 1 no salário mínimo acarreta gasto adicional previdenciário (obrigatório) de R\$ 350 milhões.

Com despesas obrigatórias maiores, há menos dinheiro para custeio e investimentos



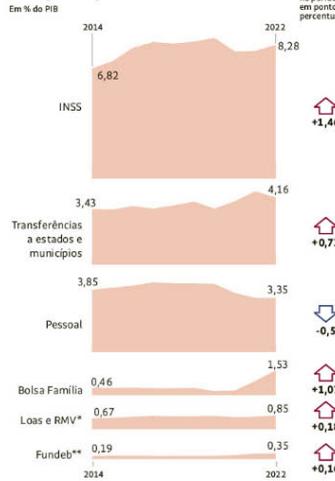
Superávit primário para controlar dívida cai



Investimento do governo central e despesas discricionárias em queda



Principais despesas



\* Benefício de Prestação Continuada - BPC, previsto na Lei Orgânica da Assistência Social e Renda Mensal Vitalícia (1 salário mínimo)  
\*\* Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação  
Fonte: Secretaria do Tesouro Nacional

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

**Seção:** Mercado **Caderno:** P **Página:** 1